

## Os livros de linhagem e a construção do rei.

*José D'Assunção Barros*  
*Universidade Severino Sobra (USS)*

### Resumo

Esse artigo analisa narrativas dos livros de linhagens portuguesas dos séculos XIII e XIV, visando a examinar, nessas fontes literárias, não só a construção nobiliárquica de um discurso sobre a Realeza mas também a elaboração social de um Imaginário Régio sintonizado com o Imaginário Cavaleiresco e com as necessidades de solidariedade nobiliárquica expressas pelos livros de linhagens medievais.

**Palavras-chave:** operação genealógica; narrativa medieval; genealogia.

### Abstract

This article analyses narratives of the ancestral books of the XIII and XIV centuries, intending to examine, in these literary fonts, the aristocratic construction of a discourse about the Kingdom, as also the social elaboration of a Kings Imaginary tuning with a Knight Imaginary and with the necessities of aristocratic solidarity expressed by the medieval ancestral books.

**Key-words:** genealogic operation; medieval narrative; genealogy.

Na Idade Média, os indivíduos pertencentes à nobreza eram essencialmente definidos por sua posição em uma intrincada rede de relações sociais, por suas alianças políticas, por suas relações de interdependência, por seus componentes familiares e pela inserção em uma complexa trama linhagística que criava elos (reais e imaginários) entre os nobres e seus antepassados. É nesse contexto que os Livros de Linhagens portuguesas do século XIII, fontes que alternam habitualmente trechos narrativos e listas genealógicas de famílias nobres, surgem como importantes espaços para a projeção social<sup>2</sup>.

A análise literária e historiográfica dessas fontes pode lançar luz sobre as estratégias sociais da nobreza medieval portuguesa, sobre os seus modos de vida e visões de mundo, permitindo examinar adicionalmente as questões relacionadas à produção e recepção do discurso linhagístico. Desde já destacaremos que, entre as estratégias de que se podiam valer os indivíduos e grupos sociais para a sua projeção e para a depreciação de seus rivais, estavam a da construção dos heróis e traidores familiares, a da associação de famílias a circuitos linhagísticos valorizados, ou a da difusão de narrativas valorativas ou depreciativas envolvendo linhagens e famílias conhecidas. Para o historiador, trata-se de compreender esses aspectos dentro de uma luta de representações que envolve diversas forças sociais dentro da sociedade medieval portuguesa, inclusive o confronto e interação entre nobreza e realeza.

\*

O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, situado na encruzilhada dos interesses régios e nobiliárquicos, preocupa-se particularmente em registrar um 'ideal de rei' do qual se afastam ou se aproximam os vários reis históricos que aparecem nas suas narrativas. Ao mesmo tempo, um exame intensivo de suas narrativas vem a mostrar que o imaginário régio assim construído é sempre acompanhado

pela figura do ‘bom nobre’, perfeitamente inserido em um padrão idealizado da nobreza. Daí decorrem algumas situações alternativas.

Em primeiro lugar, na medida em que um rei afasta-se da figura ideal de rei, plenamente realizada nos atributos supradescritos, isso repercute em menores ou maiores fracassos do rei. Da mesma forma, nobres que se distanciam do ideal cavaleiresco sofrem conseqüências que vão da simples depreciação de sua linhagem até punições exemplares e soluções trágicas. Por fim, mesmo quando um rei principia o seu governo em conformidade com o paradigma do ‘bom rei’, ele pode ver comprometida a sua atuação ao se ver cercado de maus conselheiros ou nobres que se desviam do ideal cavaleiresco.

Essa última é uma questão cara aos nobiliários portugueses. Vale exemplificar com uma das mais notáveis passagens da aludida situação de complementaridade entre a ‘boa ou má nobreza’ e a ‘boa ou má realeza’, que se encontra registrada na narrativa sobre “O rei Pedro de Castela” incluída no Livro de Linhagens de Conde D. Pedro (LL 21A15)<sup>3</sup>. O problema é colocado logo no princípio do texto interpolado: da situação ideal do rei que é ‘bem aconselhado’ por bons nobres de alto valor moral e de boa linhagem – e que por isso governa a contento – o personagem central resvala em seguida para a situação do rei que é secundado por privados da pior qualidade, não apenas não-aristocratas como, o que é mais relevante, de baixa índole moral. Nada mais claro:

E depois que se del partio dom Joham Afonso d’Albuquerque e de Medelim, que o conselhava mui bem e verdadeiramente com gram prol dos fidalgos e dos outros do reino, houve privados que o conselharão mui mal, prazenceando e dando-lhes mal conselhos por tirarem del mercees, e fezerom-no viver com grandes pecados, filhando muitas molheres, que lhe foi maa estança, e matou muitos e boos d’alto linhagem (LL 21A15)

Depois de uma série de desvios e crueldades secundadas pelos maus conselheiros, o rei é deposto uma primeira vez e, reincidente, termina exemplarmente decapitado por um nobre honrado (o conde Henrique de Castela). A narrativa encerra-se de maneira didática, quase à maneira de um pequeno ‘espelho de príncipes’:

Este rei leixou exemplo pera os reis haverem boos conselheiros, leaes e entendudos e leterados, de boa consciencia e sem prazenteo. E antre estes, dous homees boos e de boo sangue e ricos e de grande estado, que lhe digam as cousas sem receo. E por esto o passou mal este rei dom Pedro, que se meteo em poder d’homees viis, assi como netos de celorgiães e barqueiros que soiam a seer. E o rei a que Deus dá entendimento, se creer os boos conselheiros, ama-lo-á Deus, e os boos do reino e todasas outras gentes, assi que sempre vivirá em prazer, e quando morrer irá aa gloria celestial (LL 21A15)

Chama atenção o interdito preconizado nessa e em outras narrativas pelos autores do nobiliário: não apenas o rei deve escolher bons conselheiros, como deve selecioná-los preferencialmente (ou até obrigatoriamente) na boa nobreza do reino. Portanto, a situação ideal preconizada pelo nobiliário encontra-se na sintonia eficaz do ‘bom rei’ com os ‘bons nobres’. A complementaridade entre a ‘boa nobreza’ e a ‘boa realeza’ enquanto personagens do discurso linhagístico, e até a intervenção marcante da primeira na constituição da segunda (o ‘bom nobre’ construindo o ‘bom rei’ como um educador implícito, ou como o personagem que pressiona e exige do personagem régio o correto cumprimento do seu papel) – eis aqui um traço do discurso linhagístico que, por hipótese, julgamos ser possível comprovar através da análise do significado imanente das narrativas interpoladas dos livros de linhagens.

Mas as interações entre realeza e nobreza que aparecem implícitas nas narrativas linhagísticas não param por aí. O rei deve se apresentar como o primeiro dos nobres, ou como um paradigma para a nobreza. Atestam-no algumas frases bastante comuns nos livros de linhagens, que deixam clara essa função paradigmática do rei, tais como: “O Cide Rui Diaz foi o mais honrado fidalgo que houve em Espanha, que rei nom fosse” (LL 8A1)<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, o imaginário régio vai buscar toda a sua substância no imaginário cavaleiresco difundido nos meios nobiliárquicos, reapropriando valores como a ‘honra’, a ‘coragem’, a ‘fidelidade’.

Dessa forma, imaginário régio e imaginário cavaleiresco são interpenetrantes nas narrativas linhagísticas. Se há um ‘ofício de rei’ que se elabora com seus valores próprios, e que em diversas oportunidades focaliza a admiração nobiliárquica, os cronistas dos nobiliários tentam fazer passar através de exempla a idéia de que acima do rei, guiando soberanamente os seus bons passos, estão forças maiores que encontram vigorosa expressão em uma ética e em um agir cavaleirescos. Teremos nessa uma outra hipótese apta a sinalizar o caminho traçado por uma cuidadosa análise do discurso linhagístico.

Em termos de realeza e ‘atributos de força’, enfim, duas ou três posições imaginárias preponderantes parecem disputar o espaço narrativo dos nobiliários – eis aqui uma terceira hipótese de trabalho. Da imagem do rei que é a “cabeça do reino” parecem ser possíveis múltiplas leituras. Uma cabeça que se destaca do corpo? Ou uma cabeça que se vê indissociavelmente presa a esse mesmo corpo, também dotado de sua parcela de autonomia? Ou, quem sabe, uma cabeça que se vê por fim renegada por um corpo amorfo que dela desejaria prescindir? Vejamos o que nos têm a dizer as narrativas ...

\*

O paradigma régio manifesto no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro começa a ser construído no ‘título VII’, que inclui os relatos relativos ao primeiro rei de Portugal. Afonso Henriques, aliás, é o rei português que realiza mais plenamente o atributo do ‘rei-guerreiro’, o que já se verificava em crônicas ibéricas anteriores (Crônica dos Vinte Reis, IV Crônica Breve, mas também o manuscrito toledano conhecido como *De Rebus Hispaniae*, e que já introduz um capítulo significativo sobre Afonso Henriques). Mas antes das narrativas de suas vitórias militares, que visam ressaltar o aspecto heróico do rei, o Livro de Linhagens ocupa-se de precisar a necessidade de um compromisso do futuro rei de Portugal com a totalidade de atributos pertinentes ao ‘bom rei’.

Assim, ao morrer, o Conde Henrique dirige-se ao seu filho Afonso Henriques – como se prenunciasse a sua posterior coroação – e delineia um verdadeiro modelo a ser seguido pelos reis de Portugal, sob pena de fracassarem. Principia exigindo do filho o compromisso em preservar a terra, no que já se estabelecem os atributos régios de ‘defensor da terra’ e ‘povoador’ da mesma. Mas, sobretudo, recomenda ao filho que seja companheiro dos fidalgos e que cumpra com todas as obrigações de suserania (que no caso aparecem sob a forma da justa retribuição de soldadas). Dessa forma, além de ser um ‘rei povoador’ e defensor da terra’, o governante deverá ser um ‘chefe militar’ companheiro dos seus nobres e um suserano impecável:

Filho, toda esta terra que te eu leixo de Astorga ataa Coimbra, nom percas ende un palmo, ca eu a gaanhei com gram coita. E, filho, toma do meu coração alguma cousa, que sejas esforçado e sejas companheiro dos filhos d’algo, e da-lhes sas soldadas todas (LL 7B-2)

O rei, por outro lado, deve ser justo tanto para com a nobreza como para com os demais homens do reino. Deve ser, enfim, ‘justo’ no sentido mais abrangente da palavra. A justiça firma o compromisso do rei não apenas com o seu povo, mas também com Deus:

E aos concelhos, faze-lhes honra, em guisa como hajam todos direito, assi os grandes come os pequenos. E faze sempre justiça e aguarda em ela piadade aguisada, ca se um dia leixares de fazer justiça un palmo, logo outro dia se arredará de ti uma braça, e do teu coraçõ. E porem, meu filho, tem sempre justiça em teu coraçõ e haverás Deus e as gentes (LL 7B-2)

Ser um ‘rei justo’ implica também em ser um ‘pacificador social’. Lembramos que a questão da pacificação do espaço social assume uma importância primordial com os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, momento em que circulam e são recolhidas as narrativas que passarão a fazer parte dos livros de linhagens portugueses. Sancho II, governante anterior, fracassara em boa parte por não ter realizado plenamente o atributo de ‘pacificador social’ na última parte de seu governo, tal como menciona o Livro de Linhagens mais adiante. Portanto, uma questão importante para os reinados de D. Afonso III e D. Dinis (e também de Afonso IV), passa a iluminar a construção literária da imagem de Afonso Henriques no mesmo período.

Rigorosamente, foi apenas a partir da IV Crónica Breve – uma das fontes imediatamente precedentes do Livro de Linhagens – que o atributo do rei ‘pacificador do espaço social’ começa a compor mais significativamente a figura de um Afonso Henriques que não é mais apenas um guerreiro implacável. Não é de se estranhar que o Conde Henrique do Livro de Linhagens acrescente imediatamente, na seqüência do paradigma régio que vai oferecendo ao seu filho, a necessidade de o futuro rei (mas, na verdade, os futuros reis) assegurar(em) a paz social e punir(em) os abusos dos fortes contra os fracos. O rei deve impor a sua autoridade e a ordem no reino:

E non consentas em nem ua guisa que teus homees sejam soberbosos nem atrevidos em mal, nem façam pesar a nem uu, nem digam torto, ca tu perderias poren o teu boo preço se nom o vedasses (LL 7B-2)

Esses pontos são já por si mesmos importantes. Destacamos de saída a menção à “soberba”, que é um pecado tipicamente associável a este campo imaginário do ‘corporativo verticalizante’ (a ‘soberba’ implica em alguém se considerar desmedidamente acima de seus semelhantes). Mas há mais. Dizíamos atrás que o Livro de Linhagens parece em alguns momentos travar um diálogo com a ética aristotélica. E é bem interessante perceber que a noção de ‘justiça’ encaminhada por esse nobiliário pressupõe não apenas praticar ‘atos justos’ propriamente ditos, mas também punir aqueles que cometem os atos injustos e proteger aqueles que sofrem injustiças.

Modelo para o nobre virtuoso, o rei deverá ser o primeiro a dar exemplos de justiça (sob o risco de “perder o seu bom apreço”). É assim que o Conde Henrique do Livro de Linhagens parece instituir para a geração de reis que dele descenderiam uma ‘função didática’ e um comportamento paradigmático no qual deverá se espelhar a boa nobreza do reino. Uma última curiosidade, ainda relativa à presença da ética aristotélica no nobiliário do Conde D. Pedro, pode ser ressaltada. O atributo do ‘guerreiro implacável’, que nas crônicas ibéricas anteriores costumava se colar à figura de Afonso Henriques (ou mesmo às figuras de outros nobres e reis) parece ceder bastante espaço ao atributo do rei virtuoso que situa a sua ‘coragem’

a alguma distância daquele tipo de ‘temeridade’ que coloca em risco a vitória e a segurança dos seus comandados. Começam a aparecer as narrativas em que o rei pondera em meio ao campo de batalha (LL 2D17), que age com inteligência e cálculo (LL 21A1), e que faz da coragem uma virtude intermediária entre os extremos habitados pelo temerário imprudente e pelo covarde desprezível<sup>5</sup>.

Já mencionamos anteriormente que, de acordo com as mensagens implícitas nos livros de linhagens, nada seria do ‘bom rei’ sem o ‘bom nobre’. Tal idéia pode ser demonstrada pelo episódio que se segue ao diálogo do Conde Henrique com seu filho. Depois da morte do Conde, estabelece-se uma ferrenha disputa sucessória de Afonso Henriques contra sua mãe e seu padraсто. Nesse embate, de acordo com a versão proposta pelo Livro de Linhagens, o futuro rei de Portugal seria fatalmente vencido, não fosse a intervenção salvadora de um nobre perfeitamente afinado com o ideal cavaleiresco – e que se prontifica a socorrer o rei no momento necessário. O Livro de Linhagens desloca, assim, uma boa parte do mérito de Afonso Henriques na sua ascensão à realeza para a figura de Soeiro Mendes :

A fazenda foi feita em Guimarães, e foi arrancado Afonso Anriquez e mui maltreito. E el, indo ua legoa de Guimarães achou-se com Soeiro Meendez, que o viinha ajudar, e disse: ‘Como viindes assi, senhor?’. Respondeo entom Afonso Anriquez: ‘Venho mui mal, ca me arrancou meu padraсто e minha madre, que estava com ele na az’. E o Soeiro Meendez lhe disse: ‘Non fezeistes siso que aa batalha fostes sem mim. Mais tornadevos come de cabo aa fazenda, e eu irei convosco, e prenderemos vosso padraсто e vossa madre com el’. E disse Afonso Anriquez: ‘Deus mande que assi seja’. E dom Soeiro Meendez lhe disse: ‘Vós veredes que assi será’. e torn[ou]-se com ele aa batalha, e prendeo seu padraсто e sa madre (LL 7B-6)

Afonso Henriques havia cometido a imprudência (ou a prepotência) de ir à batalha sem o apoio do bom nobre Soeiro Mendes, e por isto fora gravemente derrotado. Mas agora o ‘bom nobre’ surgia para corrigir a situação e lhe oferecer o apoio que o conduziria à vitória. O sucesso do rei é assim a aparência mais externa do sucesso do nobre, e o nobiliário mostra aqui o seu discurso corporativista, onde a ‘cabeça’ do reino nada seria sem o apoio dos membros (dos bons membros) que são a nobreza.

Depois das referências sem maiores conteúdos significativos aos dois próximos sucessores de Afonso Henriques, D. Sancho II é o segundo rei a merecer referência expressiva no título VII do Livro de Linhagens – referência que, embora relativamente curta, é marcante para a construção dessa variante linhagística do imaginário régio:

Reinou seu filho dom Sancho, e começou mui bem de seer mui boo rei e de justiça, mas houve maos conselheiros, e des ali adeante nom fez justiça. E saio de mandado da rainha dona Biringuela, sa tia, e casou-se com Micia Lopez, e des ali foi pera mal (LL 7C-7)

Se um ‘bom nobre’ fora o responsável inicial pelos sucessos de Afonso Henriques, são agora os ‘maus nobres’ – que se afastam do ideário cavaleiresco e que mal aconselham o rei – os verdadeiros responsáveis pela derrocada final de D. Sancho II. Segue-se assim o episódio em que os grandes clérigos do reino requisitam ao Papa um ato de legitimação para que Afonso III, irmão do rei Sancho II, inicie o empreendimento da tomada do reino.

O desgoverno de Sancho II explica, na versão do Livro de Linhagens, a derrocada do reino. Isso não quer dizer que se achem justificadas, pelos padrões cavaleirescos, as traições dos nobres que tinham laços de fidelidade vassálica para com o antigo rei e que quebraram ou por oportunismo ou por covardia. Algumas das narrativas linhagísticas espezinham precisamente os traidores vassálicos de

Sancho II, e diversas cantigas trovadorescas da época apresentam esse outro ponto de vista que condena indiretamente a usurpação de Afonso III ao criticar sarcasticamente os alcaides que entregaram castelos ao Bolonhês no episódio da Guerra Civil. Mas enfim, sanada a crise social, D. Afonso III aparece na seqüência proposta pelo Livro de Linhagens como um governante exemplar, que aprimora inclusive alguns atributos necessário ao rei ideal:

El rei dom Afonso foi mui boo rei e justiçoso, e manteve sempre seu reino em paz e sem contenda nem ua (LL 7C-8)

Pronto a governar com sabedoria, D. Afonso III consegue finalmente estabelecer a paz no reino cumprindo rigorosamente o seu papel de ‘pacificador do espaço social’. Com ele emerge também uma nova nobreza nas posições políticas fundamentais – uma nova ‘boa nobreza’ para o contraponto de um bom governo. Seu filho D. Dinis continua-lhe a obra de pacificação do espaço social, e de edificador da imagem do rei que atua sabiamente na ‘mediação de conflitos’, inclusive servindo em certa oportunidade como mediador entre dois outros reis hispânicos ao prontificar-se a “meter pazes antre el rei dom James d’Aragom, filho d’el rei dom Pedro, seu padre, e antre el rei dom Fernando de Castela, filho d’el rei dom Sancho” (LL 7D-3).

A seqüência do ‘título VII’ nos mostra, dessa forma, um cuidado em sintonizar a construção do imaginário régio com o imaginário cavaleiresco exigido à nobreza do reino. Quando é apoiado por uma boa nobreza, o bom rei é capaz de façanhas esplêndidas. Mas os maus conselheiros são capazes de desviar um bom rei do seu caminho de justiça. E nesse momento, quando o rei distancia-se do padrão régio de excelência, torna-se legítimo (ou ao menos inevitável) um movimento para a sua deposição, sempre apoiado pela boa nobreza e pelos bons clérigos do reino (o que não isenta os vassalos diretos do rei deposto, como vimos, de continuarem atuando cavaleirescamente no cumprimento das suas obrigações, ou ao menos de encontrarem meios cavaleirescos de encerrar seus contratos vassálicos).

Realeza e nobreza – a boa realeza e a boa nobreza, ou a má realeza e a má nobreza – aparecem intimamente imbricados. Guardaremos para mais adiante essa íntima relação entre o ‘mau governo régio’ e o ‘mau aconselhamento nobre’ – o que aliás implica, na contrapartida, em uma relação correspondente entre o ‘bom governo régio’ e o ‘bom aconselhamento nobre’. Essas mútuas relações revelar-se-ão uma verdadeira chave para compreendermos certas narrativas linhagísticas onde aparece a personagem régia.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

KANTOROWICZ, Ernst. Os Dois Corpos do Rei. São Paulo: CIA das Letras, 1998.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. ed. José Mattoso. “Nova Série” dos Portugaliae Monumenta Historica. Lisboa: A.C.L., 1980.

Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”). ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 Portugaliae Monumenta Historica. Lisboa: Academia de Ciências, 1980

**NOTAS:**

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras, RJ). O texto que aqui se apresenta faz parte de uma Pesquisa intitulada ‘O Imaginário Cavalheiresco através das fontes narrativas e genealógicas de Portugal nos séculos XIII e XIV’, desenvolvida junto ao Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) com o apoio da ‘Fundação Calouste Gulbenkian’ de Lisboa.

<sup>2</sup> Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o Livro Velho (LV), o Livro do Deão (LD), e o Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, que aqui chamaremos de Livro de Linhagens (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. 1 – Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”) e 2 – Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (MATTOSO e PIEL, 1980).

<sup>3</sup> A narrativa em questão provém de uma das refundições do Livro de Linhagens (a de 1265 ou a de 1283), uma vez que se refere a um personagem contemporâneo a Afonso IV de Portugal. Em todo caso, incorpora perfeitamente o espírito nobiliárquico das narrativas oriundas de períodos anteriores.

<sup>4</sup> Da mesma forma, a narrativa referente ao Conde D. Pedro também traz um trecho exemplificativo acerca do papel paradigmático do rei: “ca mais foram por ele postos e feitos em mui grandes comtias ca polos melhores quatro homees bõos que foram em Portugal, salvando se foram ende reis” (LL 22H14-12A).

<sup>5</sup> Por essa época, começavam também a surgir no Ocidente Medieval eventuais discussões que contrapunham à imagem do ‘rei guerreiro’ a do ‘rei não-combatente’. KANTOROWICZ cita entre outros exemplos um romance filosófico chamado Sidrach, que seria leitura popular no século XIII: “o sábio Sidrach, perguntado por seu interlocutor, um fabuloso rei do Oriente, se o rei devia ir combater, dava o conselho de que o rei em pessoa não devia combater, mas ficar na retaguarda de seu exército, pois ‘se o exército se perde o rei escapa, pode recompor outro exército; mas se o rei perde, tudo está perdido’” (KANTOROWICZ, 1998, p.163-164.)

José D’Assunção Barros  
jose.assum@globo.com